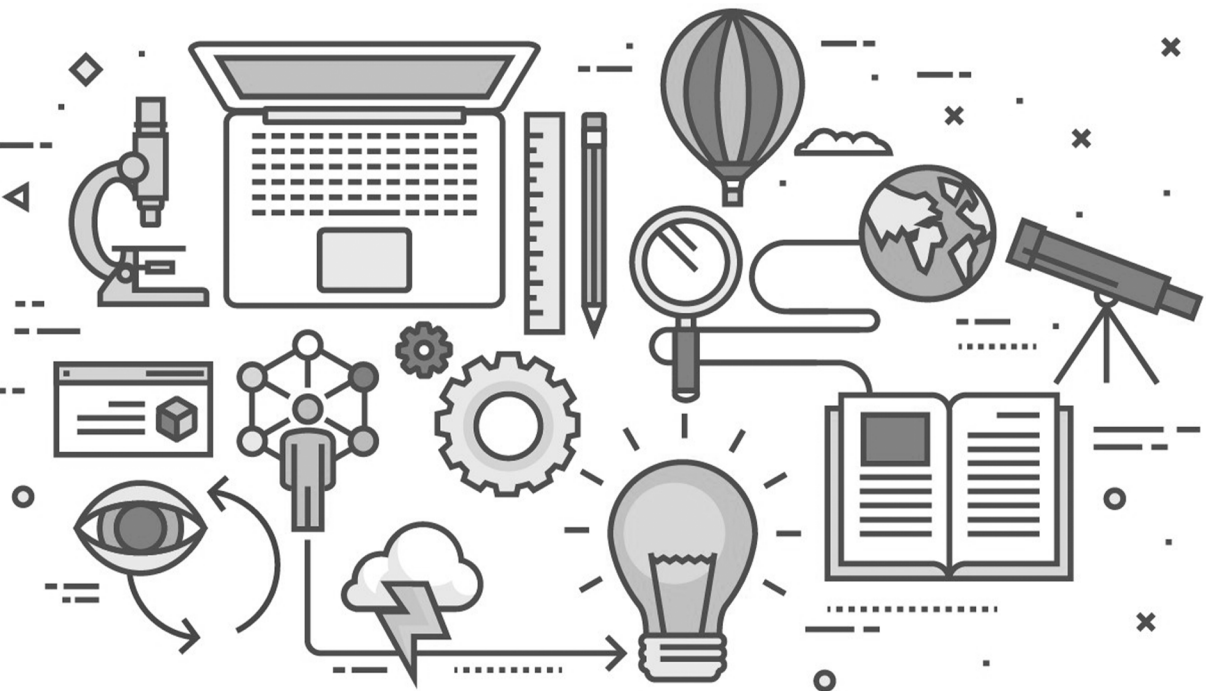


**Elói Martins Senhoras
(Organizador)**

Políticas Públicas na Educação e a Construção do Pacto Social e da Sociabilidade Humana

6

Atena
Editora
Ano 2021



Elói Martins Senhoras
(Organizador)

Políticas Públicas na Educação e a Construção do Pacto Social e da Sociabilidade Humana

6

Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abraão Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Políticas públicas na educação e a construção do pacto social e da
sociabilidade humana

6

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P769 Políticas públicas na educação e a construção do pacto social e da sociabilidade humana 6 / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-722-2

DOI 10.22533/at.ed.222211201

1. Educação. 2. Política pública. 3. Sociabilidade humana. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II. Título. CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

O presente livro, “Políticas Públicas na Educação e a Construção do Pacto Social e da Sociabilidade Humana: Discussões em Ciências e Matemática”, apresenta uma diversidade de leituras que valorizam a realidade empírica a partir de instigantes abordagens alicerçadas em distintos recortes teóricos e metodológicos.

Estruturado em dezenove capítulos que mapeiam temáticas que exploram as fronteiras do conhecimento educacional nas áreas das Ciências e da Matemática, esta obra é fruto de um trabalho coletivo constituído pela reflexão de 74 pesquisadores oriundos nacionalmente das regiões Sul, Sudeste, Norte e Nordeste, bem como internacionalmente do Peru.

As análises destes capítulos escritos por um eclético grupo de pesquisadoras e pesquisadores foram organizadas neste livro tomando como elemento de aglutinação dois eixos temáticos – Ciências e Matemática – a partir de enfoques, tanto, disciplinares, quanto multidisciplinares sobre realidades específicas.

Com base nestes eixos temáticos, a presente obra coaduna diferentes prismas do complexo caleidoscópio educacional, caracterizando-se por um olhar que estimula a pluralidade teórica e metodológica, ao apresentar distintos estudos que visam em sentidos contraditórios, tanto, delimitar a fronteira disciplinar, quanto, ampliar a dinâmica fronteira multidisciplinar.

A construção epistemológica apresentada neste trabalho coletivo busca romper consensos, findando demonstrar a riqueza existente no anarquismo teórico e metodológico das Ciências da Educação em resposta à complexa realidade empírica, razão pela qual convidamos você leitor(a) a nos acompanhar à luz do ecletismo registrado nos estimulantes estudos empíricos deste livro.

Excelente leitura!

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

DISCUSSÕES EM CIÊNCIAS E MATEMÁTICA

CAPÍTULO 1..... 1

A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DE ARAUCÁRIA: A INTERDISCIPLINARIDADE IMINENTE E NECESSÁRIA

Claudinéia Maria Vischi Avanzini
Eliane Terezinha Buwai Krupa
Clarice Foster Cordeiro
Rafael de Jesus Andrade de Almeida
Dayana Silveira Salvador

DOI 10.22533/at.ed.2222112011

CAPÍTULO 2..... 9

A UTILIZAÇÃO DA MULTIDISCIPLINARIDADE E INTERDISCIPLINARIDADE DAS CIÊNCIAS NA AULA DE CAMPO EM MARUDÁ-PA

Matheus Gonçalves Rodrigues
Maurício Costa dos Reis
Ewaldo Gomes Guerreiro
Elizabeth Anselmo da Luz
Dyego Batista Ávila
Kaléo Andrew Oliveira Romano
Gabriel Paixão do Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.2222112012

CAPÍTULO 3..... 19

MICROORGANISMOS, HISTÓRIA E SAÚDE: INTERDISCIPLINARIDADE NA (RE) CONSTRUÇÃO DE SABERES

Lourdes Maria Campos Corrêa
Cinthia Cristina de Oliveira Martins

DOI 10.22533/at.ed.2222112013

CAPÍTULO 4..... 25

SEXUAL VIOLENCE AND MENTAL HEALTH: A BIBLIOMETRIC STUDY

July Grassiely de Oliveira Branco
Aline Veras Moraes Brilhante
Luiza Jane Eyre de Souza Vieira
Ludmila Fontenele Cavalcanti
José Manuel Peixoto Caldas
Francisca Bertília Chaves Costa
Maria Vieira de Lima Saintrain
Flaviano da Silva Santos

DOI 10.22533/at.ed.2222112014

CAPÍTULO 5..... 40

APRENDENDO BIOLOGIA CELULAR POR ROTAÇÃO POR ESTAÇÕES

Thadeu dos Santos Viana

Melissa Helena Barbosa Catão
Eduarda Cristina do Nascimento Correia
Fabiane Fortes
Michele Cristina Gehlen
Fabricia de Souza Predes

DOI 10.22533/at.ed.2222112015

CAPÍTULO 6.....48

CONCEPÇÕES DE SAÚDE NA FORMAÇÃO INICIAL: INVESTIGANDO SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS E MATERIAIS INSTRUCIONAIS DE ALUNOS CONCLUINTES DO CURSO DE BIOLOGIA

Lucas Vinícius Ferraz Santos Castro
Liziane Martins
Nathália da Silva Miranda

DOI 10.22533/at.ed.2222112016

CAPÍTULO 7.....58

EMPODERANDO CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO COMBATE À DENGUE

Andréia Zanon Lopes Ribeiro
Alane Lorena Medeiros Nesello
Alicia Leocádio Nolêto
Carolinne Lisboa Silva
Gabrielle Santos Stutz Gomes
Guilherme Wickert Schaedler
Júlia Lenise Caetano Ribas
Julia Mendes Barbosa
Lucas Nogueira Dantas da Silva
Mirella de Oliveira Guedes
Rodrigo Carvalho Dias
Samuel Henrique Silva Souza

DOI 10.22533/at.ed.2222112017

CAPÍTULO 8.....65

EXPERIÊNCIAS DE COMPOSTAGEM: CONECTANDO EDUCAÇÃO, MEIO AMBIENTE E COMUNIDADE

Daiane Vendramin
Cibele Rosa Gracioli
Damaris Kirsch Pinheiro
Denis Rasquin Rabenschlag

DOI 10.22533/at.ed.2222112018

CAPÍTULO 9.....78

MÉTODO DE TRABALHO COM FISIOLÓGIA HUMANA

Corine Vanessa Los Costa
Edson Antonio Tanhoffer
Claudia Maria Sallai Tanhoffer

DOI 10.22533/at.ed.2222112019

CAPÍTULO 10	88
ENSINO DE CIÊNCIAS: NARRATIVAS DE UMA EXPERIÊNCIA NO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Adriana Taborda Bee da Silva Elisângela Silva de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.22221120110	
CAPÍTULO 11	95
PLANTAS MEDICINAIS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO DE BOTÂNICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM ESTUDO DE CASO	
Deborah Regina Salim	
DOI 10.22533/at.ed.22221120111	
CAPÍTULO 12	101
RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: PRÁTICA INTEGRADORA DO ENSINO DE BIOLOGIA E QUÍMICA NO ENSINO DAS PROPRIEDADES DA ÁGUA	
Gustavo Kotarski Rafael Ferreira dos Santos Clóvis Roberto Gurski	
DOI 10.22533/at.ed.22221120112	
CAPÍTULO 13	110
TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA NO ENSINO DE ZOOLOGIA: UMA ANÁLISE DO CONTEÚDO “FILO PORIFERA”	
Gabriel do Nascimento Soares Laryssa Paloma Lemes Barthmann Camila Juraszeck Machado Tatiana Priscila Tidre Carla Andreia Lorscheider	
DOI 10.22533/at.ed.22221120113	
CAPÍTULO 14	116
SEMANA DO MEIO AMBIENTE: EXPOSIÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A POLUIÇÃO AQUÁTICA	
Gabriel do Nascimento Soares Laryssa Paloma Lemes Barthmann Tatiana Priscila Tidre Carla Andreia Lorscheider	
DOI 10.22533/at.ed.22221120114	
CAPÍTULO 15	120
PROGRAMA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE FRANCA-SP: DO REAL AO NECESSÁRIO	
Ana Emília Gomes Fernandes Camila Fernanda Bassetto	
DOI 10.22533/at.ed.22221120115	

CAPÍTULO 16.....	133
O ENSINO DE MATEMÁTICA NO CONTEXTO DA GESTÃO ESCOLAR	
Marlova Elizabete Balke	
DOI 10.22533/at.ed.22221120116	
CAPÍTULO 17.....	146
LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E A CONSTRUÇÃO DO BLOG <i>MATEMÁTICA COLETIVA</i>	
Joyce Jaqueline Caetano	
Silton José Dziadzio	
Fernando Vinícius Jansen	
DOI 10.22533/at.ed.22221120117	
CAPÍTULO 18.....	154
METODOLOGIA ALTERNATIVA PARA A RESOLUÇÃO DE INEQUAÇÃO POLINOMIAL DE GRAU N	
Gilberto Jardim Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.22221120118	
CAPÍTULO 19.....	164
MODELO DE APRENDIZAGEM PERSONALIZADO DAS FUNÇÕES TRIGONOMÉTRICAS NA EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA	
Julia Ángela Ramón Ortiz	
Jesús Vilchez Guizado	
DOI 10.22533/at.ed.22221120119	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	177
ÍNDICE REMISSIVO.....	178

CAPÍTULO 15

PROGRAMA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE FRANCA-SP: DO REAL AO NECESSÁRIO

Data de aceite: 04/01/2021

Data de submissão: 05/10/2020

Ana Emília Gomes Fernandes

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)
Franca – SP
<http://lattes.cnpq.br/1486860331838375>

Camila Fernanda Bassetto

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)
Araraquara – SP
<http://lattes.cnpq.br/5089831236213689>

RESUMO: Este trabalho apresenta o resultado de uma pesquisa realizada junto às unidades de ensino estaduais de Franca – SP, a qual analisou a incidência do Programa Educação Financeira nas Escolas, criado pela política pública Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Os dados da pesquisa foram disponibilizados pela Diretoria Regional de Ensino de Franca com base em questionários e respostas dos gestores das unidades escolares. O estudo permitiu identificar a quantidade de unidades estaduais de Educação Básica locais que conhecem ou adotam a ENEF e outros programas de educação financeira. A pesquisa foi apoiada em documentos legais e nas contribuições teóricas de autores que discutem a importância da educação financeira na escola. Os resultados apontam que a política pública em questão não está sendo executada nas

unidades investigadas, apesar dos documentos indicarem que o assunto deva ser contemplado na escola.

PALAVRAS - CHAVE: Políticas públicas. Educação financeira. Estratégia Nacional de Educação Financeira.

FINANCIAL EDUCATION PROGRAM IN FRANCA'S STATE SCHOOLS OF FRANCA-SP: FROM REAL TO NECESSARY

ABSTRACT: This study presents a research's results performed in the state's schools of Franca-SP, in which we analyzed the incidence of the Financial Education program on Schools, created by the public policy National Strategy on Financial Education. The research data were made available by the Franca Regional Education Board based on questionnaires and responses from school's unit's managers. Based on this study, it was possible to identify the state's units of basic education that know or adopt the National Strategy on Financial Education and other Financial Education programs. This research was supported by legal documents and theoretical contributions of authors that discuss the importance of financial education importance at school. The results point that the public politic in question is not being implemented in the investigated units, despite the documents indicate that this issue should be considered at school.

KEYWORDS: Public policy. Financial education. National Strategy on Financial Education.

1 | INTRODUÇÃO

O debate sobre a importância do dinheiro, a forma como se deve administrá-lo, ganhá-lo, gastá-lo, poupá-lo e consumi-lo conscientemente, esteve presente, de forma constante, no campo dos estudos econômico e social, mas nas últimas décadas, este tema vem ampliando sua abrangência e ganhando espaço no campo de pesquisa educacional. De acordo com Medeiros (2003) e Lelis (2006), diante da necessidade de tratar estas questões, sob a perspectiva educacional, surge o termo “Educação Financeira” (EF). O Banco Central do Brasil (BCB, 2013) acredita que a EF é uma forma de prover conhecimentos e informações sobre finanças pessoais para comunidades, melhorando assim a qualidade de vida das pessoas. Nesse sentido, trata-se de um instrumento capaz de promover o desenvolvimento econômico, pois a qualidade das decisões financeiras dos indivíduos influencia toda a economia, tendo em vista que está intimamente ligada a problemas como os níveis de endividamento e de inadimplência e com a capacidade de investimento dos países.

2 | POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Considerando que as políticas públicas surgem de uma demanda específica da sociedade e que para seu entendimento é preciso considerar sua concepção, as instituições, os atores, grupos de interesse, meios de comunicação e mídia envolvidas, faremos a seguir um recorte analítico sobre uma política de Educação Financeira, de grande expressão no âmbito nacional: a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF).

Dentre as leis que regem esta República, no âmbito educacional, vale ressaltar aqui aquelas nas quais as redações tratam a escola e a família como responsáveis por inserir as crianças e jovens na sociedade, capacitando-os para atuar com autonomia no meio em que vivem.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), traz a Educação como dever da família e do Estado e estabelece a criação de uma base comum curricular.

A base sugerida pela LDBEN/96 deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil (BRASIL, 1996). Atendendo a esta recomendação, até dezembro de 2018, as unidades escolares tinham como base apenas os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1998) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, 2013), os quais serviam para auxiliar as equipes escolares na execução de seus trabalhos e já traziam a necessidade de educar financeiramente os alunos, em face ao quadro econômico atual do Brasil e do mundo:

[...] com a criação permanente de novas necessidades transformando bens supérfluos em vitais, a aquisição de bens se caracteriza pelo consumismo. O consumo é apresentado como forma e objetivo de vida. É fundamental que nossos alunos aprendam a se posicionar criticamente diante dessas questões e compreendam que grande parte do que se consome é produto do trabalho, embora nem sempre se pense nessa relação quando se adquire uma mercadoria. É preciso mostrar que o objeto de consumo, seja um tênis ou uma roupa de marca, um produto alimentício ou aparelho eletrônico etc., é fruto de um tempo de trabalho, realizado em determinadas condições. Quando se consegue comparar o custo da produção de cada um desses produtos com o preço de mercado é possível compreender que as regras do consumo são regidas por uma política de maximização do lucro e precarização do valor do trabalho (BRASIL, 1998, p.35).

Mas foi só em 22 de dezembro de 2017, que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi instituída por meio da Resolução CNE/CP N° 2, passando a indicar com precisão quais são as competências que todos os alunos devem desenvolver e quais habilidades são essenciais para o seu desenvolvimento (BRASIL, 2017).

Para a inserção da Educação Financeira (EF) nas escolas, a BNCC pode ser considerada um avanço, visto que instituiu a inclusão do assunto entre os temas contemporâneos transversais. Esta mudança indica que a EF não deve ser abordada *somente* na disciplina de matemática como eixo longitudinal, em torno dos tradicionais conteúdos da *matemática financeira*. Ao contrário desta proposta, a BNCC sugere que a EF seja tratada também em outras áreas e disciplinas, integrando diferentes modos de organização curricular, com níveis de complexidade variáveis, podendo ser intradisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar (BRASIL, 2019).

Outra mudança positiva foi que a BNCC apresentou a EF como um *conteúdo essencial* de caráter obrigatório para a Educação Básica, deixando de ser um tema transversal com recomendação facultativa como acontecia no PCN e na DCN. Desta forma, a partir de dezembro de 2019, a Educação Financeira passa a ser um conteúdo obrigatoriamente integrado aos currículos da Educação Básica de todo o país, tanto na tradicional disciplina de matemática, quanto nas demais áreas como Temas Contemporâneos Transversais (TCT). Dentro do currículo da disciplina de matemática, esta temática aparece na BNCC nos 5º, 6º, 7º e 9º anos, ligadas a conteúdos típicos da matemática financeira, como porcentagem e cálculo de juros. Tais conteúdos são indispensáveis para a vida do educando, mas, para além deles, é preciso que a escola se dedique à formação de comportamentos do indivíduo em relação às finanças e ao consumo consciente e sustentável. Percebe-se então que a EF vai além da matemática financeira, não se restringindo aos cálculos, mas auxiliando o estudante a planejar sua vida e a de sua família e a tomar boas decisões financeiras que impactarão o futuro e a qualidade de vida.

Inserem-se nos TCT, duas das seis grandes áreas temáticas que abordam assuntos relacionados à finanças e consumo, são elas: *Economia* e *Meio ambiente*, e apesar do

caráter dos temas ser obrigatório, cabe às escolas, sistemas e redes de ensino, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem desses temas, preferencialmente de forma transversal e integradora (BRASIL, 2019). Faz-se ainda necessário elucidar que a inclusão da EF na BNCC atende ao proposto no Art. 3º, da Deliberação Nº 19, de 16 de maio de 2017, a qual estabelece, como objetivo a integração, até 2024 (conforme o PNE), do tema “Educação Financeira” na cultura escolar brasileira, de modo que professores, alunos e gestores desenvolvam e vivenciem projetos e atividades sobre a temática, no cotidiano nas escolas (BRASIL, 2018). Nesse sentido, Carvalho (1999) realça que a escola é o lugar ideal para se implantar uma nova cultura financeira. O autor, apoiado no Código de Defesa do Consumidor (1990), na pesquisa de mercado e nos conhecimentos matemáticos envolvidos, acredita que se pode construir na escola a cultura de tomada de decisões conscientes nas diversas situações cotidianas que envolvam o uso do dinheiro (BRASIL, 1990).

Somando-se a oportunidade de desenvolver Educação Financeira no ambiente escolar às demandas da sociedade brasileira, recai-se sobre os diferentes atores - organizações governamentais e não governamentais, privadas ou não, a necessidade de redimensionar e incrementar a agenda de políticas públicas nacional, estadual e municipal em torno do tema. Segundo Agum e col. (2015), a análise sobre a agenda de políticas local requer identificação precisa do problema que se deseja resolver e que comprometem o bem-estar da população, por meio de diagnóstico pontual e adequado da realidade que se tem e do resultado que se deseja alcançar.

Além das indicações legais relacionadas a área educacional citadas, as recomendações de tratados internacionais e o contexto político, social e econômico do país foram fundamentais para a criação de uma política pública nacional de Educação Financeira. Neste sentido, a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) ocupou papel fundamental na expansão da EF no Brasil e no mundo. Esta organização internacional e intergovernamental, composta por 30 democracias das quais o Brasil tenta fazer parte, trabalha para responder aos desafios econômicos, sociais e ambientais da globalização.

Para integrar esta organização, os países devem atender a uma vasta lista de indicações, dentre as quais a Educação Financeira se encontra como iniciativa importante desde a infância, visto a carência e o impacto desta na vida do cidadão. É este mesmo órgão que realiza a mais importante avaliação educacional do planeta, o PISA (*Programme for International Student Assessment*), o qual vem apresentando resultados desastrosos em relação ao letramento financeiro no mundo desde 2012. Por meio desta avaliação, são compilados os resultados de diferentes nações, e quando avaliada a realização de operações simples e cotidianas relativas a finanças, o Brasil se encontra bem abaixo da média dos 10 países e economias que participaram do PISA 2015 (OECD, 2019). Além disso, a Educação Financeira nas escolas se mostra alinhada à Agenda 2030 da Organização das

Nações Unidas (ONU), a qual trata a educação como meio para transformar a sociedade e seus problemas, tal como a inadimplência no Brasil, agravada após as políticas de ampliação de crédito da década de 2000.

É fato que ampliação de crédito trouxe melhoria na ascensão das classes sociais menos favorecidas. Todavia, ao lado desse progresso, a falta de Educação Financeira fez com que as pessoas acumulassem dívidas consideráveis, tornando-se “analfabetos financeiros”, segundo Domingos (2008). No que tange ao número de pessoas superendividadadas, registradas no relatório de Inadimplência de Pessoas Físicas Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) / Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) do Brasil de dezembro de 2018, aproximadamente 62,6 milhões de pessoas se encontram nessa situação, representando quase 41% da população adulta.

Partindo-se do contexto nacional e internacional descrito, foi criada a maior referência nacional de EF no país. Trata-se da política de Estado, de caráter permanente, denominada Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), instituída pelo Decreto Federal 7.397/2010. Apesar da Lei de Diretrizes e Bases Nacional (1996), dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), das Diretrizes Curriculares Nacionais (2013) e outras iniciativas independentes já mencionarem em sua redação a importância da Educação Financeira, somente em 2011 foi implantada uma política governamental sólida voltada para a EF no Brasil. Essa política se deu quando o Governo Federal, por meio do Decreto 7.397/2010, publicado no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2010, instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), política pública de Estado de caráter permanente que começou a promover diretrizes da Educação Financeira no país. Trata-se de “uma mobilização multissetorial” que promove ações de Educação Financeira no Brasil de forma gratuita e sem interesse comercial, tendo como objetivo contribuir para que a população seja melhor orientada e tome decisões financeiras mais autônomas e conscientes. Esta “estratégia foi criada através da articulação de nove órgãos e entidades governamentais e quatro organizações da sociedade civil, que juntos integram o Comitê Nacional de Educação Financeira – CONEF” (BRASIL, 2010).

Os órgãos do governo que compõem a CONEF são Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários, Superintendência Nacional de Previdência Complementar, Superintendência de Seguros Privados, Ministério da Justiça e Cidadania, Ministério da Educação, Ministério da Fazenda, enquanto os representantes da sociedade civil são ANBIMA, B3, CNseg, FEBRABAN, Sebrae e Consed. Uma das ações da ENEF voltada para as instituições de ensino foi o Programa Educação Financeira nas escolas, o qual iniciou com um projeto piloto implementado em 891 escolas voluntárias do Ensino Médio, treinando 1.200 professores e atingindo 27.000 alunos de 14 a 17 anos. Foi realizado em parceria com o Banco Mundial entre maio de 2010 e dezembro de 2011, e é considerado o maior estudo feito na área pelo banco, o qual levou Educação Financeira para a rede pública de Ensino Médio dos estados do Ceará, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo,

Tocantins e do Distrito Federal, visando reafirmar a transversalidade do tema e sua articulação com o currículo escolar. Na primeira fase de implementação, foi realizada uma avaliação do projeto piloto, a qual mostrou que os professores, antes do programa, tinham pouco interesse sobre o tema, temiam o excesso de trabalho, a falta de treinamento e o fato de que isso seria imposto pelo governo. Com o programa em andamento, o cenário mudou e os professores mostraram-se conscientes da importância e da necessidade de se trabalhar o tema. A adesão ao programa tornou-se espontânea e progressiva, surgindo variadas contribuições e ideias para trabalhar com as famílias (BRASIL, 2010).

Apesar de ocorrer, desde 2010, ações do Programa Educação Financeira na Escola, voltadas especificamente aos estudantes do Ensino Médio, foi só em 2015 que escolas públicas do Ensino Fundamental deram sequência ao projeto piloto vigente, nas redes municipais de ensino de Joinville (SC) e de Manaus (AM). A fim de avaliar a abrangência da política pública ENEF e seus programas, foram realizados 3 mapeamentos nacionais de levantamento das iniciativas de Educação Financeira no Brasil, sendo o primeiro em 2010, ano em que a ENEF foi criada, o segundo em setembro de 2013 e o terceiro em abril de 2018. A partir dos resultados trazidos pelos mapeamentos, observa-se que o número de iniciativas de EF no Brasil vem crescendo significativamente, conforme mostra as informações da Tabela 1.

Mês/Ano de referência	Marco	Mapeamento de práticas de EF
12/2010	Criação da ENEF	100
09/2013	1º Mapeamento ENEF	803
04/2018	2º Mapeamento ENEF	1383

Tabela 1. Quantidade de iniciativas de Educação Financeira no Brasil.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do site Vida e dinheiro/ Mapeamento Nacional.

De acordo com o 2º mapeamento realizado em 2018, o número de instituições públicas e de escolas com iniciativas de EF cresceram consideravelmente em comparação com o mapeamento de 2013, sendo que em 2018 metade das iniciativas mapeadas envolvem a área da educação. Dentre as iniciativas em instituições de educação mapeadas em 2018, 90% delas são em escolas públicas, com o conteúdo ministrado de forma transversal, mas especialmente pelo professor de matemática. Apenas 31% dos professores deste mapeamento passaram por cursos de capacitação.

Dentre os Polos Educacionais que oferecem capacitação de professores, vinculada ao programa Educação Financeira nas Escolas, foram encontrados no Mapa da Educação Financeira no Brasil apenas 4 universidades federais, situadas nos estados de Tocantins,

Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul. No mapa de escolas em projetos itinerantes, constam registradas 622 escolas cadastradas, 1698 professores, sendo que destas 116 se encontram no estado de São Paulo distribuídas em 113 escolas. A partir dos resultados divulgados até o momento, os relatórios indicam que parcerias com Secretarias de Educação se fazem urgentes para aumentar capacitação e cobertura da EF no país, além de mais iniciativas para monitorar o impacto desta política pública no território nacional.

Diante de todos os fatos apresentados, observa-se uma tendência crescente de ações de Educação Financeira no âmbito escolar e que, apesar de não haver Polos de Formação de Professores nas Universidades Federais do estado de São Paulo, há registro de dezenas de escolas em projetos itinerantes no Estado. O presente estudo buscou, então, analisar se a referida ENEF está sendo aplicada nas escolas públicas do município de Franca - SP, por meio do “Programa Educação Financeira na escola”.

3 | A PESQUISA EM FOCO

Cientes da importância do tema “Educação Financeira nas escolas” e da expansão da ENEF no estado de São Paulo, foi realizado um levantamento de iniciativas de EF existentes nas instituições escolares estaduais de Franca.

Tendo em vista a relação direta entre os hábitos de consumo, a inadimplência e a Educação Financeira, foram analisados paralelamente os índices de superendividamento neste município. De acordo com os dados fornecidos para esta pesquisa, cedidos pelo Instituto de Economia da Associação do Comércio e Indústria de Franca (ACIF), os indicadores de inadimplência no município apresentam números crescentes e preocupantes, como mostra a Tabela 2. Os valores mostrados apontam que o superendividamento é um problema público local e que faz parte dos TCT, os quais devem ser abordados nas escolas, visto a importância do tema para prevenir e orientar as próximas gerações de consumidores.

Anos de referência	Número de Negativados
2014	4.373
2015	11.079
2016	11.571
2017	12.759
2018	21.629
2019	47.221

Tabela 2. Cadastro de negativação SCPC na cidade de Franca – SP.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pela ACIF.

A fim de coletar os dados desta pesquisa, foram consultados os documentos e referenciais disponíveis na internet que regem a Educação das instituições estaduais da cidade de Franca e os documentos disponíveis na Diretoria Regional de Franca (D.R.E.F). Na análise documental na D.R.E.F., foi encontrada uma pesquisa realizada pelo Núcleo de Apoio Administrativo da D.R.E.F., a qual envolve a Educação Financeira junto aos gestores das 68 unidades escolares estaduais da diretoria citada.

A referida pesquisa se deu por meio de questionário do tipo *survey*, no mês de março de 2018, frente às novas exigências da BNCC que envolvem a Educação Financeira nas escolas e os resultados obtidos são discutidos a seguir.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a análise e interpretação dos dados citados foi utilizado o método de análise de conteúdo que, para Bardin (1979), abrange as iniciativas de explicitação, sistematização e expressão do conteúdo de mensagens, com a finalidade de se efetuarem deduções lógicas e justificadas a respeito da origem dessas mensagens (quem as emitiu, em que contexto e/ou quais efeitos se pretende causar). Não foram encontrados registros de escolas que adotam o Programa Educação Financeira nas Escolas vinculado à ENEF e o número de registro de outras iniciativas de Educação Financeira foram diminutas em relação à dimensão da rede estadual na cidade.

Para coleta de dados, a D.R.E.F. enviou um link por e-mail, com um questionário estruturado com seis perguntas para as 68 unidades escolares vinculadas a esta diretoria. Dos formulários enviados, foram respondidos apenas 43, totalizando 63,2% do total de gestores da rede estadual, os quais serão analisados a seguir. A primeira questão visou identificar qual era a função que o respondente ocupava na escola, a fim de certificar que todas as questões fossem respondidas por membros da gestão escolar (diretor, vice-diretor ou coordenador pedagógico), os quais pressupõe ter propriedade e conhecimento para responder as questões com segurança. As respostas indicaram que os questionários foram respondidos por 24 diretores, 12 vice-diretores, 6 coordenadores pedagógicos e 1 gerente de organização escolar, cujos percentuais correspondentes são mostrados na Figura 1, o que garantiu maior segurança e veracidade para as respostas.

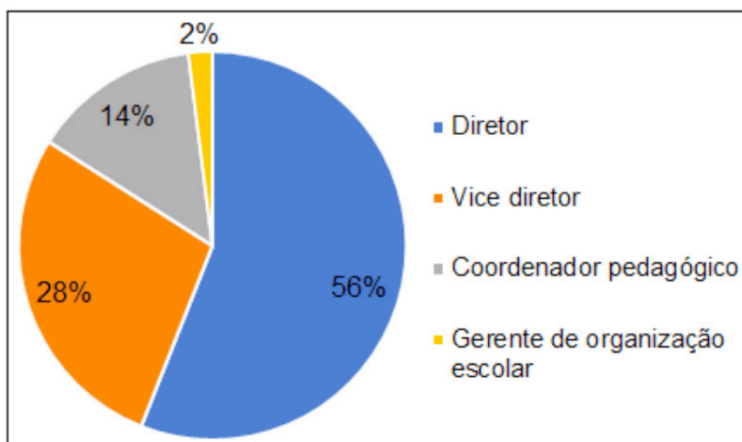


Figura 1. Função do respondente na unidade escolar.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

A segunda questão buscou identificar o nível de ensino oferecido na unidade escolar do respondente (Ensino Fundamental I – 2º ao 5º ano, Ensino Fundamental II – 6º ao 9º ano, Ensino Médio – 1º ao 3º ano, ou Ensino técnico), de forma que fosse possível relacionar outras variáveis com o nível de ensino oferecido na escola. Os resultados desta pergunta indicaram que, das 43 respostas no total, 12 foram de gestores do Ensino Fundamental I, 2 respostas foram do Ensino Fundamental II e 29 respostas foram de escolas que oferecem concomitantemente o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio. Tais percentuais são mostrados na Figura 2.

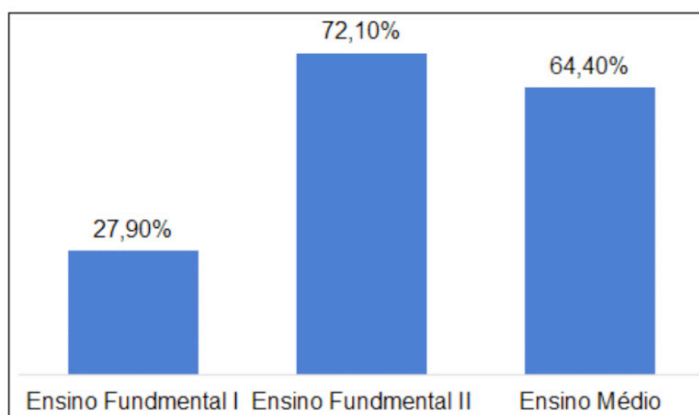


Figura 2. Nível de ensino oferecido na escola do respondente.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

A terceira pergunta identificou quais gestores conhecem o Programa de Educação Financeira nas Escolas. Dentre as respostas, 41 gestores responderam não conhecer programas de Educação Financeira nas Escolas, correspondendo a 95,3% das respostas. Dos 4,7% que responderam conhecer algum programa na área, isto é, apenas 2 gestores, um deles citou conhecer os cursos oferecidos pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EFAP), oferecidos gratuitamente para servidores da Educação Estadual do Estado de São Paulo. Tal curso corresponde à formação oferecida pelo Programa Educação Financeira nas Escolas, vinculado à ENEF, disponibilizado gratuitamente, pela plataforma online, aos professores da rede estadual no ano de 2015.

A quarta pergunta teve por objetivo identificar quais escolas realizam ou realizaram, em algum momento, projetos voltados para Educação Financeira e, em caso afirmativo, quais projetos eram estes. Das 43 respostas totais, 3 gestores relataram ter realizado algum projeto de Educação Financeira, totalizando 7% das respostas e 39 gestores disseram que nunca fizeram projetos envolvendo este tema, correspondendo a 90,7%. Dentre as 3 respostas afirmativas, foram descritos 2 projetos desenvolvidos nas escolas, os quais seguem transcritos no Quadro 1.

A resposta 1 foi descrita por um diretor de uma escola de meio período do Ensino Fundamental II e Médio, enquanto a resposta 2 corresponde a um diretor de uma escola que faz parte do Programa de Ensino Integral (PEI) e oferece disciplinas eletivas no currículo, as quais podem ser escolhidas de acordo com o objetivo do aluno.

Resposta 1: “Há um projeto de Leitura de Gibis no horário do recreio. Os Gibis foram doados pela SicobCred no final de 2018 e a escola tem investido na formação dos professores para que esses trabalhem este material de forma “direcionada” em Sala de Aula. Por enquanto, os gibis são disponibilizados aos alunos somente no horário do recreio e, caso desejem, podem levar para casa”.

Resposta 2: “A escola tem realizado alguns projetos interdisciplinares, sendo a educação financeira um dos pontos abordados. Na eletiva “Fazendo sabão” os alunos estão aprendendo a calcular os custos do produto para a venda”.

Quadro 1. Transcrição dos projetos desenvolvidos pelos professores.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

A quinta pergunta buscou identificar quantos gestores conhecem a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Do total de entrevistados, 39 responderam que não conhecem, correspondendo a 90,7% das respostas, e apenas 4 responderam que conhecem esta política pública, representando menos de 10% das respostas. A última pergunta do questionário, mas não menos importante que as demais, trazia a seguinte redação: A Educação Financeira deve ser contemplada na escola? Justifique no campo “outros”. As respostas desta pergunta indicaram que 93% dos gestores (40 respostas) concordam que a Educação Financeira deve ser contemplada no ambiente escolar - como

mostra o Quadro 2 - enquanto 4,7% (2 respostas) assinalaram que discordam e 1 gestor não respondeu a esta questão. As duas respostas que discordaram que a Educação Financeira deve ser contemplada na escola foram respondidas por vice-diretores de Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Destas, apenas uma se justificou com o seguinte argumento: “*Acho que deveria ser contemplada como tema transversal para ensinar como gastar o dinheiro, economizar, fazer previsão de gastos etc.*”. Tal justificativa evidencia que, mesmo discordando da abordagem do tema na escola, acredita que o assunto deva ser trabalhado de forma transversal, não expondo com clareza onde, como e por quais facilitadores.

1. “Importante desde cedo entender a importância de controlar gastos de acordo com ganhos, por exemplo.”.
1. “É importante o adolescente saber o assunto e aprender sobre organização das finanças.”.
2. “A administração de finanças é uma parte fundamental da vida do cidadão.”.
3. Importante desde cedo entender a importância de controlar gastos de acordo com ganhos, por exemplo.”.
4. “Trata-se de tema importante e de aplicação no cotidiano, apesar de pouco abordado.”.
5. “Forma de educação viável e necessária.”.
6. “Para maior orientação dos alunos e equipe escolar em como administrar a parte financeira.”.
7. “Acho interessante a criança ter noção de Educação Financeira.”.
8. “Ajuda orientar os alunos focando no futuro.”.
9. “É de suma importância a educação financeira desde os primeiros momentos da escolarização formal.”.

Quadro 2. Transcrição das justificativas dos gestores para contemplar E.F. na escola.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa bibliográfica, os documentos legais, os índices de inadimplência na cidade de Franca e as respostas do questionário interno da D.R.E. apresentados neste estudo, sugerem que ainda existem “lacunas” a serem preenchidas nas escolas pesquisadas, em relação ao tema Educação Financeira. Prova disso é que a ENEF e seus programas, apesar de estar vigente desde a década de 2010 e ter oferecido formação aos professores da rede estadual paulista, pelos cursos da EFAP em 2015, ainda se mostram tímidos, irrelevantes e despercebidos nas escolas estaduais da cidade. Outro ponto relevante deste estudo foram as respostas da sexta pergunta do questionário da D.R.E., na qual os gestores apresentaram questões comportamentais e atitudinais em relação ao dinheiro como sendo importantes para serem tratados na escola. O registro crescente de superendividados na cidade foi outra questão alarmante e que não pode ser ignorada, haja vista os impactos desastrosos que ocasiona. Dessa forma, a Educação Financeira no ambiente escolar pode

ser uma estratégia viável para prevenir que este problema público se perpetue ou se torne recorrente nas próximas gerações.

Por fim, este estudo vem confirmar os resultados do 2º Mapeamento Nacional de EF no Brasil, o qual indica a necessidade de aumentar a capacitação de professores nesta área, ampliar a cobertura da Educação Financeira no país e criar novas formas de monitorar o impacto da ENEF no território nacional.

REFERÊNCIAS

AGUM, R. R.; MENEZES, M.; RISCADO, P. Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. **Agenda Política**, v. 3, n. 2, p. 12-42, jul./dez. 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. BCB. **Caderno de Educação Financeira: Gestão de Finanças Pessoais**. Brasília, DF, 2013. 72 p.

BRASIL. **Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990**. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Brasília. DF. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm. Acesso em: 02 out. 2020.

BRASIL. LDBEN. **Lei das Diretrizes Bases da Educação**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC. 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 02 out. 2020.

BRASIL. PCN. **Parâmetros curriculares nacionais**. Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental - Matemática. Brasília: MEC. p. 35. 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/matematica.pdf>. Acesso em: 02 out. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010**. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira. Brasília. 2010. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7397-22-dezembro-2010-609805-publicacaooriginal-131118-pe.html>. Acesso em: 02 set. 2020.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC. 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em: 02 set. 2020.

BRASIL. Vida e dinheiro. **Educação Financeira- mapeamento nacional**. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/2-mapeamento/>. Acesso em: 28 jul. 2019.

BRASIL. **Deliberação nº 19, de 16 de maio de 2017**. Estabelece diretrizes para o Programa Educação Financeira nas Escolas, durante a vigência do programa e ações de educação financeira no âmbito da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Brasília. 2018. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/2018.02.28-Delibera%C3%A7%C3%A3o-CONEF-n%C2%BA-19-Diretrizes-EF-nas-Escolas.pdf>. Acesso em: 02 set. 2020.

BRASIL. **Contextualização temas contemporâneos transversais na BNCC: Contexto Histórico e Pressupostos Pedagógicos**. 2019. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf. Acesso em: 27 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 2**, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Brasília: MEC. 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf. Acesso em: 02 set. 2020.

BRASIL. **Contextualização temas contemporâneos transversais na BNCC: Contexto Histórico e Pressupostos Pedagógicos**. 2019. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf. Acesso em: 27 jul. 2019.

CARVALHO, V. **Educação Matemática: Matemática e Educação para o Consurelamo**. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

CNDL, SPC Brasil. **Relatório de Inadimplência de Pessoas Físicas**. 2018. Disponível em: https://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/wp-content/uploads/2019/01/An%C3%A1lise-PF_Dezembro_2018.pdf. Acesso em: 22 jul. 2019.

DOMINGOS, Reinaldo. **Terapia Financeira**. São Paulo: Editora Gente, 2008.

LELIS, Michelle Gomes. **Educação Infantil: Educação Financeira e Empreendedorismo**. 1ª ed. Viçosa-MG: Centro de Produções Técnicas, 2006.

MEDEIROS, C. D. L. G. **Educação financeira: O complemento indispensável ao empreendedorismo**. Campina Grande, 2003. Departamento de Sistemas e Computação do Centro de Ciências e Tecnologia. Universidade Federal de Campina Grande, 2003.

OECD. PISA 2018 Results. COMBINED EXECUTIVE SUMMARIES. 2019. v. I, II & III. Disponível em: https://www.oecd.org/pisa/Combined_Executive_Summaries_PISA_2018.pdf. Acesso em: 02 out. 2020.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Água 9, 12, 14, 15, 16, 69, 71, 72, 92, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108

Aluno 2, 4, 9, 11, 20, 21, 22, 23, 40, 41, 42, 43, 44, 62, 78, 91, 93, 129, 133, 139, 142, 147, 148, 155, 157, 162, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 175

Anatomia 78

Aprendizagem 1, 2, 3, 4, 6, 7, 10, 16, 17, 40, 41, 42, 44, 45, 50, 51, 57, 62, 63, 70, 78, 79, 83, 87, 90, 92, 93, 95, 96, 97, 108, 109, 133, 137, 140, 142, 143, 144, 146, 148, 149, 151, 152, 155, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175

Aula de campo 9, 11, 12, 16, 17

B

Biologia 9, 11, 12, 16, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 48, 49, 51, 52, 55, 56, 57, 78, 79, 82, 83, 87, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 103, 108, 111, 115

Blog 140, 146, 147, 149, 150, 151, 152

Botânica 45, 52, 55, 95, 96, 97, 98, 99, 100

C

Ciências 1, 2, 7, 8, 9, 10, 17, 19, 20, 21, 23, 42, 45, 48, 49, 51, 56, 57, 63, 75, 77, 78, 80, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 99, 102, 103, 104, 109, 110, 111, 115, 116, 132, 140, 148, 153, 163, 175, 176, 177

Compostagem 65, 67, 68, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77

Comunidade 3, 21, 50, 54, 59, 61, 62, 65, 68, 73, 75, 92, 96, 118, 136, 140, 141, 143, 145, 149, 150, 152, 154

Conhecimento 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 11, 17, 20, 21, 22, 40, 41, 42, 43, 44, 49, 57, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 68, 71, 75, 78, 79, 80, 82, 83, 89, 90, 91, 93, 95, 97, 102, 108, 109, 113, 119, 127, 134, 137, 139, 140, 142, 143, 147, 148, 160, 165, 166, 174

Conscientização 9, 12, 16, 17, 59, 62, 66, 116, 142

Construtivismo 164, 166, 175

Criança 61, 91, 93, 130, 136, 137, 138

Currículo 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 11, 20, 23, 92, 122, 125, 129, 143, 148, 167, 170

D

Dengue 58, 59, 60, 61, 63, 64

Descarte 105, 106, 116, 117

Didática 7, 16, 49, 54, 59, 60, 110, 111, 115, 160, 164, 166, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176

Disciplina 7, 9, 11, 20, 46, 61, 78, 80, 95, 97, 102, 103, 108, 109, 122, 142, 149, 170

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 19, 20, 23, 45, 48, 49, 50, 51, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 75, 76, 77, 90, 91, 92, 94, 95, 99, 100, 104, 109, 110, 111, 116, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 136, 137, 138, 139, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 152, 153, 163, 164, 165, 167, 175, 176, 177

Educação básica 4, 5, 8, 19, 20, 56, 95, 99, 100, 109, 110, 111, 120, 122, 131, 132, 136, 146, 147, 148, 149, 152

Educação financeira 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132

Educação secundária 164

ENEF 120, 121, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131

Ensino 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 40, 41, 42, 43, 45, 48, 49, 50, 51, 53, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 65, 66, 68, 69, 70, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 120, 121, 123, 124, 125, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 155, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 174, 175, 176

Ensino fundamental 2, 6, 7, 8, 9, 17, 20, 21, 58, 65, 68, 70, 77, 80, 88, 89, 91, 92, 93, 96, 97, 100, 102, 109, 121, 125, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 140, 143, 144, 155, 160, 161

Escola 4, 6, 8, 18, 19, 21, 22, 23, 44, 45, 56, 59, 61, 67, 76, 77, 80, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 95, 97, 100, 108, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 149, 156, 177

Etnobotânica 95, 96, 97, 98

Experiência 7, 12, 20, 23, 37, 45, 59, 61, 73, 77, 88, 89, 93, 94, 147, 150, 154, 164, 166, 170, 174

Exposição 11, 12, 40, 41, 44, 80, 116, 117, 118, 119, 140

F

Fisiologia 54, 78, 80, 83

Formação inicial 3, 48, 87, 89, 147, 148, 153

Funções trigonométricas 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175

G

Gestão escolar 127, 133, 134, 135, 137, 138, 139

H

História 1, 2, 7, 8, 9, 18, 19, 20, 21, 23, 91, 92, 144

I

Inequação polinomial 154, 163

Interdisciplinaridade 1, 4, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 17, 18, 19, 20, 23, 133, 134, 135, 143

L

Laboratório 42, 53, 146, 148, 149, 152, 153

Livro 18, 51, 56, 57, 81, 93, 110, 111, 112, 113, 114

Lixo 12, 13, 14, 67, 75, 77, 116, 117, 118, 119, 134, 140

M

Matemática 1, 2, 7, 92, 93, 94, 110, 122, 125, 131, 132, 133, 134, 135, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 160, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 173, 174, 175, 176

Meio ambiente 11, 12, 65, 67, 68, 75, 76, 91, 100, 116, 117, 118, 122, 134, 140, 141, 142

Microorganismos 19, 20, 21

Multidisciplinaridade 9, 11

O

Oceano 116, 119

P

Pibid 40, 41, 42, 110, 115, 116, 117, 119

Plantas medicinais 52, 54, 55, 95, 96, 97, 98, 99

Poluição 13, 14, 54, 55, 106, 116, 117

Prática integradora 101

Professor 2, 3, 6, 10, 11, 20, 40, 41, 45, 79, 80, 87, 93, 100, 103, 108, 109, 125, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 147, 148, 151, 152, 153, 157, 162, 165, 167, 170, 173, 174, 175, 177

Q

Química 9, 77, 101, 103, 108, 109

R

Residência pedagógica 101

Rotação por estações 40, 42, 44, 45

S

Saúde 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 31, 35, 37, 38, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64

T

Trabalho 1, 2, 3, 4, 5, 9, 11, 17, 19, 20, 22, 24, 42, 43, 44, 51, 59, 61, 65, 68, 72, 75, 78, 80, 82, 88, 89, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 110, 111, 117, 120, 122, 125, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 148, 151, 155, 160, 161, 164, 166, 168, 170, 175

Z

Zoologia 52, 98, 110, 112, 115

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Políticas Públicas na Educação e a Construção do Pacto Social e da Sociabilidade Humana

6


Ano 2021

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Políticas Públicas na Educação e a Construção do Pacto Social e da Sociabilidade Humana

6


Ano 2021